



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



102

HABEAS CORPUS Nº: 0199144-2

COMARCA : Recife - 2ª Vara Execuções Penais
IMPETRANTE : Antônio Souza do Nascimento
PACIENTE : LUCIVANIO NOGUEIRA DE FARIAS
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. REGRESSÃO DE REGIME. NOVA PRÁTICA DELITIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA VIA ESTREITA DO WRIT. PRECEDENTES DO STJ. IMPROCEDENTE.

I - O Tribunal não pode, pela via estreita do Habeas Corpus adentrar no exame crítico da matéria, uma vez que o remédio heróico não se presta à análise aprofundada de questões probatórias, as quais deverão ser oportuna e definitivamente ponderadas quando do julgamento da ação penal, pelo Juízo processante.

II - Ordem Denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0199144-2, no qual figuram como parte o retronominado. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de Janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



103

HABEAS CORPUS Nº: 0199144-2

COMARCA : Recife - 2ª Vara Execuções Penais
IMPETRANTE : Antônio Souza do Nascimento
PACIENTE : LUCIVÂNIO NOGUEIRA DE FARIAS
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira
Cavalcanti

RELATÓRIO

O Bel. Antônio Souza do Nascimento, impetrou ordem de habeas corpus, em favor LUCIVÂNIO NOGUEIRA DE FARIAS, alegando constrangimento ilegal em sua liberdade de ir e vir, por ter o Juiz da 2ª Vara das Execuções Penais do Estado regredido o regime de cumprimento de pena do reeducando, ora paciente, do semiaberto para o fechado, no processo nº. 2005.0028.00032-3.

À Inicial foram acostados os documentos de fls. 11/23.

Foi indeferido o pedido liminar às fls. 30/31, por estarem ausentes os requisitos para a sua concessão.

A autoridade indicada como coatora prestou informações às fls. 35/36.

A Procuradoria Criminal, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofertou parecer às fls. 40/41, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



104

VOTO DO RELATOR

Cuida-se, como visto, de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, em favor de **LUCIVÂNIO NOGUEIRA DE FARIAS**, o impetrante insurge contra decisão do Juízo de Execução Penal que determinou a regressão do regime prisional do paciente sob o fundamento do mesmo ter praticado novo delito. Alega a Defesa que o paciente não cometeu o delito a ele imputado e afirma que no dia do crime o mesmo encontrava-se cumprindo sua pena dentro no Centro de Ressocialização do Agreste. Pugna pelo retorno do paciente ao regime prisional menos gravoso, a fim de cumpra o restante de sua pena.

Inferre-se das informações prestadas pela Autoridade dita coatora que o paciente **LUCIVÂNIO NOGUEIRA DE FARIAS**, foi condenado em duas ações penais perante a Comarca de São Bento do Una-PE, cujas penas restaram totalizadas em 16 (dezesesseis) anos e 09 (nove) meses de reclusão, por infração ao art. 157, §2º, inciso I e II, art. 180, c/c art. 307 do Código Penal.

Consta ainda que a decisão que determinou a regressão de regime do paciente ocorreu por ter sido noticiado aquele juízo, através de Boletim de Ocorrência, que o paciente teria praticado novo delito (fls. 23).

Em Consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual deste Tribunal de Justiça, que anexo a presente decisão em 06(seis) laudas, verifico que já foi impetrado em favor do paciente outro Habeas Corpus nº 0195924-4, que foi julgado em 16.09.2009 pela 4ª Câmara Criminal, sob a relatoria do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, cuja a ordem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



195

foi denegada por unanimidade, conforme se depreende do acórdão ora transcrito:

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. **PACIENTE CONDENADO POR INFRAÇÃO AOS ARTIGOS 157, §2º, III (ROUBO MAJORADO) E 180 (RECEPTAÇÃO), AMBOS DO CP. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. DIREÇÃO DE VEÍCULO ROUBADO. REGRESSÃO DE REGIME. NECESSIDADE DE OITIVA DO CONDENADO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. HIPÓTESE, NO ENTANTO, EM QUE A INSERÇÃO EM REGIME FECHADO DECORREU DE DECISÃO CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES DO STJ. ORDEM DENEGADA. DECISÃO II - In casu, a regressão determinada pelo magistrado a quo é de caráter cautelar, de modo que a oitiva do paciente é desnecessária, bastando a intimação de seu defensor para apresentar defesa. III- Constrangimento ilegal não configurado. IV - Ordem denegada à unanimidade de votos.**

Ocorre que, no presente writ, o impetrante apresenta novo fundamento ao seu pedido de retorno do paciente ao regime semiaberto. É o da negativa de autoria do novo delito supostamente praticado. Para tanto, junta aos autos (fls.22) Certidão do Centro de Ressocialização do Agreste (C.R.A), declarando que o paciente encontrava-se recolhido naquele estabelecimento prisional cumprindo sua pena, tendo respondido a todas as chamadas feitas no dia 16.05.2009, data em que noticiam como sendo a do novo crime supostamente praticado pelo mesmo paciente, LUCIVANIO NOGUEIRA DE FARIAS.

Acontece que, como narram os próprios impetrantes, a data de 16 de maio de 2009 é a data em que a moto Honda Twister Preta, placa KJY 1391, foi registrada como roubada, delito que teria ocorrido no município São João-PE. Esta moto estaria com o Paciente LUCIVANIO na data de 13 de junho de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

106



2009, como narram, ainda, os impetrantes às fls. 03. Ele teria pedido o veículo emprestado para levar uma pessoa em casa. E naquela data foi abordado por policiais em ronda, e como o veículo estava sem documentos, ele resolveu fugir para não se complicar.

Portanto, o novo delito, supostamente praticado, nada tem a ver com a data 16 de maio de 2009, expresso na certidão juntada pelos impetrantes.

Sabe-se que o Tribunal não pode, pela via estreita do habeas corpus, adentrar no exame crítico da matéria, uma vez que o remédio heróico não se presta à análise aprofundada de questões probatórias, as quais deverão ser oportuna e definitivamente ponderadas quando do julgamento da ação penal, pelo Juízo processante, como bem salientou o juízo de execução penal (fls. 35).

Não existe, até o momento, constrangimento ilegal configurado contra o Paciente.

Nesse sentido, assim tem se posicionado o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE PROBATÓRIA INCOMPATÍVEL COM A VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA.

EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PREJUDICIALIDADE. ORDEM NÃO-CONHECIDA.

1. O exame da alegação quanto à autoria do delito implica valoração de matéria fático-probatória dos autos, peculiar ao processo de conhecimento, inviável em sede de habeas corpus.

2. A superveniência da sentença condenatória prejudica a discussão sobre o excesso de prazo para o término da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



107

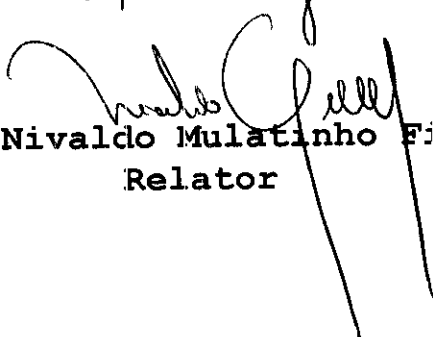
instrução criminal e a deficiência na fundamentação do decreto prisional.

3. Ordem não conhecida.

(HC 94.029/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe 18/05/2009).

Por todo o exposto, e em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem.**

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator